



Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas

Deputado Pedro do Carmo

Assunto: Requerimento para a audição dos representantes dos membros da “PARCA-Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar” sobre o estado de transparência, equilíbrio e equidade nas relações comerciais entre os diversos intervenientes ao longo da cadeia agroalimentar (produção, transformação e distribuição), designadamente na repartição de valor.

Há muito que se vem constatando que os produtores agrícolas e pecuários são claramente o elo mais fraco da cadeia de valor, ficando em média com menos de 25% do valor final pago pelos consumidores, situação que se vem agravando nos últimos meses com a escalada dos preços dos fatores de produção, muito superior à taxa de inflação média.

Recorde-se que o preço do gasóleo colorido era até há poucas semanas quase o dobro daquele que era praticado em janeiro de 2021, os custos com a energia elétrica duplicaram em grande parte dos casos, os fertilizantes aumentaram nos últimos 18 meses cerca de 150% e as rações para alimentação animal sofreram um aumento superior a 50%.

A título de exemplo, o custo total para produzir um litro de leite sofreu nos últimos 12 meses um aumento na ordem dos 53%.

Segundo a Deco Proteste, entre 23 de fevereiro de 2022, véspera do início da guerra da Ucrânia, e 4 de janeiro de 2023, o cabaz de bens alimentares essenciais terá aumentado cerca de 19,4%.

Sendo que os produtores agrícolas e pecuários, bem como as suas organizações, reclamam constantemente que não conseguem repercutir no preço de venda dos seus produtos o alegado aumento dos custos de produção.

Pelo contrário, é frequente ouvir-se a incapacidade dos produtores agrícolas e pecuários de imporem os preços que consideram justos perante os demais intervenientes da cadeia de valor, designadamente perante o setor da distribuição.

Para que o mercado funcione verdadeiramente e de forma responsável, oferecendo aos consumidores liberdade de escolha a preços justos, e seja capaz de remunerar de forma

equitativa toda a cadeia de valor, parece ser essencial a existência de uma regulação eficaz, que seja reconhecida por todos os atores, que tenha autoridade e seja consequente.

Sem um mercado livre, mas devidamente regulado, dificilmente teremos produtores competitivos e consumidores exigentes.

Ora, em 2011, pelo Despacho nº 15840/2011, de 15 de novembro, posteriormente alterado pelo Despacho nº 7707/2015, de 6 de julho e pelo Despacho nº 8819/2021 de 7 de setembro, foi criada a “PARCA-Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar” com a missão de promover a análise das relações entre os setores de produção, transformação e distribuição de produtos agrícolas, com vista ao fomento da equidade e do equilíbrio na cadeia de abastecimento alimentar.

Todavia, face ao supra exposto, esta Plataforma parece não estar, por si só, apesar de integrar no seu seio representantes dos Ministérios da Agricultura e da Economia, das organizações de produtores, das empresas do setor agroalimentar, da autoridade da concorrência, da direção geral das atividades económicas e da direção geral do consumidor, a conseguir desempenhar de forma eficaz a missão para a qual foi criada, muito menos a atingir os objetivos que se pretendia e esperava.

Assim, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requerem a audição, na Comissão Parlamentar de Agricultura e Pescas, dos representantes dos membros da “PARCA- Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar”, a saber, os representantes de cada uma das seguintes entidades:

- a) Ministério da Economia,
- b) Ministério da Agricultura e da Alimentação,
- c) CAP-Confederação dos Agricultores de Portugal,
- d) CCP-Confederação do Comércio e Serviços de Portugal,
- e) CIP-Confederação Empresarial de Portugal,
- f) Confederação Nacional da Agricultura,
- g) Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola, CCRL,
- h) Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição,
- i) CENTROMARCA- Associação Portuguesa de Empresas de Produtos de Marca,
- j) Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares,
- k) Autoridade da Concorrência,
- l) Direção-Geral das Atividades Económicas,
- m) Direção-Geral do Consumidor e
- n) Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral.

Palácio de São Bento, 26 de janeiro de 2023

Os deputados do PSD